# **Uma imagem contendo Ícone  Descrição gerada automaticamenteUniversidade de São Paulo**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Prof. Dr. Rodrigo Goyena Soares

e-mail: rodrigo.goyenasoares@usp.br

1º semestre 2024 – FLH0341

# **História do Brasil Império**

# **History of the Brazilian Empire**

**Unidade I – A formação do Brasil Independente**

1. A reação liberal à formação centralizadora do Império (1826-1836)
* CARVALHO, José Murilo de. *A* construção *da ordem. A elite política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Capítulo 1: “Elites políticas e construção do Estado” ; Capítulo 2: “A elite política nacional: definições”.
* BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial, 1830-1870. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

**I] A independência**

* Visões historiográficas clássicas
	+ Oliveira Lima (década de 1900):
		- É fetichismo historiográfico associar independência brasileira à emancipação espanhola.
			* *Desquite amigável.*
		- Grito de Ipiranga somente consolidaria situação latente.
			* Independência começa em 1808.
	+ José Honório Rodrigues (década de 1970):
		- Revolução e contrarrevolução:
			* Tendência histórica, desde a colônia, à conciliação.
				+ Seria *modus operandi* das elites brasileiras, para evitar choques de interesses e conflitos violentos e abertos com o povo.
				+ Resultado dessa tendência foi impedimento do povo como protagonista da história brasileira.
				+ Mas! Isso não quer dizer que história foi pacífica:

Há conflitos que não se arranjaram pela conciliação.

* + - * + Ainda assim, nunca teria havida revolução vitoriosa no Brasil.

Independência:

Houve movimento popular inicial, jacobino e nacionalista, embasado em sentimentos nacionais brasileiros pré-existentes, contrário a Portugal e sustentado pelas forças armadas; mas logo sufocado por uma contrarrevolução elitista, que, vitoriosa, significou o triunfo da conservação.

Independência não foi desquite amigável.

Houve ruptura em 1822, porque Cortes tinham objetivo de recolonizar o Brasil.

* + Maria Odila Leite Dias (década de 1970):
		- Independência é processo, e não ruptura.
		- Continuidade das elites dirigentes antes e depois da Independência.
			* Formação coimbrã.
		- *“As elites coloniais viveram mais em conivência com as autoridades portuguesas do que em conflito. É o que torna sui generis o processo de separação de Portugal, que se deu quase a contragosto”.*



* Causas aparentes da Independência:
	+ Janeiro de 1822: Dom Pedro forma Conselho Ministerial, presidido por José Bonifácio de Andrada e Silva, membro da facção conservadora brasileira, para aproximar o Rio de Janeiro às demais províncias.
	+ Gonçalves Ledo denuncia excessos das Cortes portuguesas:
		- *Revérbero Constitucional Fluminense.*
	+ Maio de 1822: “Cumpra-se”.
	+ Junho de 1822: convocação de assembleia de deliberação, para evitar fragmentação do Brasil em provinciais rivais.
	+ Agosto de 1822: Dom Pedro proclama inimigas as tropas portuguesas que alcançassem o Brasil sem consentimento do regente.
	+ Ainda em agosto de 1822: irrompe, em São Paulo, revolta popular.
		- Nega-se condição do Brasil como província autônoma de Portugal.
			* Apoio a Dom Pedro.
	+ Dom Pedro vai para São Paulo.
		- Lisboa envia tropas ao Rio de Janeiro.
	+ Setembro de 1822: Proclamação da Independência.
	+ Outubro de 1822: Câmaras Municipais aderem à Independência.
		- Pedro é aclamado rei e defensor perpétuo do Brasil em festividade popular.
	+ 10 de dezembro de 1822, há exatos 182 anos da ruptura da União Ibérica, Pedro de Alcântara é proclamada Pedro I do Brasil.



Coroação de d. Pedro I – Jean-Baptiste Debret

**II] O Primeiro Reinado (1822-1831)**

* A Assembleia Constituinte de 1823
	+ - Formação do novo ministério: José Bonifácio de Andrada e Silva
		- País fraturado: 11 mil tropas portuguesas contra 13 mil brasileiras.
	+ Por que dar uma Constituição ao novo Império?
		- Garantir unidade territorial.
		- Integrar preceitos liberais.
		- Fazer o povo brasileiro.
* 3 de junho de 1823: convocação da Constituinte.
	+ Dom Pedro I somente juraria à nova Constituição se a julgasse digna dele.
		- Contornar possíveis excessos liberais.
	+ Formação de duas alas:
		- Deputados coimbrãos.
			* Modelo constitucional da França de Louis XVIII.
		- Deputados radicais.
			* Modelo constitucional britânico, com novidades:
				+ Impossibilidade de o Imperador dissolver assembleia e de vetar legislação da assembleia.
			* Contra nomeação dos presidentes de província pelo Imperador.
	+ Mediador: José Bonifácio de Andrada e Silva
		- * Conciliação sem alterações à ordem centralizadora e à unidade nacional.
			* Oposição ao grande latifúndio e à escravidão, mas conivência inevitável?
			* Ética da responsabilidade / ética da convicção.
* Projeto que vem à tona é de autoria liberal:
	+ Rígida separação de poderes.
	+ Liberalismo econômico.
		- Mas!
			* Silêncio quanto à escravidão e ao latifúndio.
	+ Um artigo altera o equilíbrio: voto seria censitário e indireto, mas o critério de renda era baixo: comprovação mínima de 150 alqueires de farinha de mandioca.
		- Constituição da mandioca!
* 11 de novembro de 1823: Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte.
	+ Inspiração no movimento português da Vilafrancada: 3 de junho de 1823, pôs-se fim à experiência liberal das Cortes.
		- Restauração do poder absolutista de Dom João VI.
	+ No Brasil, a Vilafrancada tornou-se “A Noite de Agonia”.
		- Exílio dos irmãos Andrada.
		- Juras de Pedro I, contudo: daria uma constituição duplamente mais liberal.
* A Carta de 1824
* Aspectos liberais
	+ Não era radicalmente diferente do anteprojeto de 1823:
		- Poder executivo: Imperador e Ministros (nomeados pelo Imperador)
		- Poder legislativo bicameral: Câmara de Deputados e Senado vitalício.
			* O conjunto chamava-se a Assembleia Geral do Império.
		- Poder judiciário: Corte Suprema.
	+ Garantia de direitos individuais e políticos: novidade em escala mundial.
		- Cidadão? Homem e livre.
		- Alforriados não votavam, a menos que nascidos no Brasil.
		- Menores de 25 anos não votam, excetos casados e bacharéis em direito.
		- Não se exige alfabetização para votar.
		- Voto censitário masculino: renda de 100 mil réis para votar e de 200 mil réis para ser votado.
			* Participação política alta!
		- Artigo 179: gratuidade da instrução pública.
	+ Religião católica oficial, mas tolerância com outras matrizes.
		- Padroado mantido.
		- Poder de beneplácito.
* Aspectos conservadores
	+ Centralização.
		- Conselho Geral Provincial para cada província: representação popular, mas sem função legislativa.
	+ Poder Moderador.
		- Benjamin Constant.
			* Dissolver Câmara de Deputados.
			* Sancionar decretos e resoluções legislativas.
			* Condução da política externa.
			* Irresponsabilidade do Imperador.
	+ Conselho de Estado: dez ministros, nomeados pelo Imperador.
		- Conselheiros deveriam ser ouvidos em todos os negócios graves (guerra, ruptura diplomática etc.), mas o Imperador não estava obrigado a seguir as recomendações dos conselheiros.
			* Quatro seções: Justiça e Estrangeiros, Império, Fazenda e Marinha e Guerra.
* A Confederação do Equador (1824)
	+ Insatisfações em relação à dissolução da Constituinte e à instituição do Poder Moderador:
		- *O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos*, Frei Caneca.
	+ Pernambuco é epicentro: imaginário de 1817.
		- Somaram-se Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.
	+ Em julho de 1824, forma-se a Confederação do Equador.
		- Ideais republicanas e federalistas contra portugueses, vistos como monárquicos e centralizadores.
			* Instituir Constituição nos moldes liberais e federativos daquela de Cúcuta, na Colômbia, de 1821.
		- Dom Pedro I era brasileiro?
			* Manuel de Carvalho solicita a intervenção do *State Department* contra a possível ingerência de embarcações inglesas e francesas ancoradas a poucos milhas de Recife.
				+ Doutrina Monroe!
	+ Os insurretos eram urbanos, de camadas populares.
		- Participaram também comerciantes e proprietários rurais.
	+ Tropas reais debelam movimento.
		- Frei Caneca é fuzilado.

**II] O reconhecimento da Independência**

* Teoria declaratória ou constitutiva da independência?
	+ Reconhecimento da sociedade internacional era fundamental para a independência.
* Bonifácio envia, em maio de 1822, portanto antes do Grito de Ipiranga, delegação do Reino do Brasil a Buenos Aires.
	+ Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata reconhecem independência do Brasil em 1823.
	+ No mesmo ano, Benin e Onin reconhecem a independência.
	+ 1824: Estados Unidos unem-se ao coro, na esteira da Doutrina Monroe.
* Maior dificuldade: conseguir reconhecimento de Portugal e das principais potências europeias:
	+ Bonifácio instrui Felisberto Caldeira Brant, autoridade brasileira em Londres, a condicionar a abertura dos portos brasileiros ao reconhecimento da independência.
		- Bonifácio considera caducos os Tratados Desiguais.
		- Caldeira Brant obtém de Georges Canning, secretario de estado britânico no Foreign Office, a disposição de reconhecer a independência do Brasil caso fossem renovados os tratados desiguais e fosse abolido o tráfico negreiro.
			* Bonifácio nega: economia brasileira não suportaria fim do tráfico negreiro, embora fosse contra um projeto escravista para o novo país.
			* Tampouco era favorável à prorrogação dos Tratados Desiguais:
				+ O Brasil representava para a Inglaterra, à época, em termos comerciais, metade do exportado para a Ásia, 2/3 do vendido para os Estados Unidos e ¾ do comércio com a América espanhola.

Havia poder de barganha favorável ao Brasil!

* + Incidência da política interna na política externa:
		- Demissão de Bonifácio, em 1823.
	+ Dom Pedro I passa a negociar diretamente com Portugal:
		- Lisboa reclama indenização em 2 milhões de libras.
		- Obrigava-se o Brasil a não incluir outras posses coloniais portuguesas em seu projeto independentista.
			* O Reino de Angola apresentou projeto formal de adesão ao Estado brasileiro, que passaria a ter duas margens no Atlântico.
	+ Dom Pedro I aceita e obtém reconhecimento de Portugal em 1825.
	+ Inglaterra torna-se mediadora do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal.
		- Brasileiros cedem às três requisições britânicas: comércio, tráfico negreiro e extraterritorialidade.
		- Pelo tratado anglo-brasileiro de 1826/1827, renovaram-se os privilégios alfandegários e os direitos extraterritoriais por 15 anos.
			* Brasil assina compromisso para findar o tráfico negreiro em três anos, a contar de 1827.
* No mesmo ano que a Inglaterra reconheceu a independência do Brasil, a Áustria juntava-se ao coro, seguida de Rússia (1828) e Espanha (1834).
	+ Lei Bernardo Pereira de Vasconcellos (1828).